

Política de Educação Permanente em Saúde: uma estratégia de educação para os Trabalhadores do SUS

Maria de Lourdes Carvalho¹ Maria Cordelia Lobato de Jesus² Dayana Dourado de Oliveira Costa³, Eremita Val Rafael⁴, Maria Alcina Gomes de Sousa Monteiro⁵, Marcia Tereza Campos Marques⁶,

INTRODUÇÃO A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída pela Portaria GM 198/2004¹ é uma estratégia de qualificação profissional para os trabalhadores do SUS. “Dentre os princípios orientadores da Política, está a promoção da integração entre ensino e serviço; entre a educação e o trabalho, com o objetivo de promover mudanças tanto no processo de formação quanto nas práticas de saúde”². **OBJETIVO:** Abordar a Política de Educação Permanente como estratégia de educação para os trabalhadores do SUS. **DESCRIÇÃO METODOLÓGICA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo narrativa sobre os pressupostos da política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). **RESULTADOS:** A introdução da Educação Permanente em Saúde (EPS) foi uma estratégia fundamental para a recomposição das práticas de formação, atenção, gestão, formulação de políticas e controle social no setor saúde, estabelecendo ações intersetoriais oficiais e regulares com o setor da educação, submetendo os processos de mudança na graduação, nas residências, na pós-graduação e na educação técnica³. Enfoca-se que para muitos educadores, a EPS configura um desdobramento da Educação Popular ou da Educação de Jovens e Adultos, perfilando-se pelos princípios e/ou diretrizes desencadeados por Paulo Freire: Educação e Conscientização/Educação como Prática da Liberdade/Educação e Mudança⁴. A lógica da educação permanente é descentralizadora, ascendente e transdisciplinar. Podendo propiciar a democratização institucional, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, de docência, de enfrentamento criativo das situações de saúde; de trabalhar em equipes matriciais e de melhorar a qualidade do cuidado à saúde. A Organização Pan-americana de Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) assumiram a EPS a partir da década de 80 como prioridade na qualificação profissional dos trabalhadores da área da saúde, difundindo a ideia, de que para o desenvolvimento dos sistemas de saúde era preciso elaborar uma estratégia capaz de promover a adesão dos trabalhadores aos processos de mudança nos processos de trabalho. Isso porque era necessário propor uma alternativa capaz de responder ao esgotamento do modelo da ‘educação continuada, caracterizado pela atualização de conhecimentos específicos por meio de capacitações pontuais para determinadas categorias profissionais². Ceccim³ esclarece que como “vertente pedagógica” a educação permanente ganhou estatuto de política pública na área da saúde pela difusão da OPAS/OMS. O Brasil teve representante participando ativamente do processo de construção teórico-metodológica dessa proposta. Porém antes da institucionalização da política houve dois modelos como a proposta de integração ensino serviço: os Polos de Capacitação, Formação e Educação Permanente de Pessoal para

¹ Enfermeira, Mestre em Ciências da Saúde, Coordenadora Pedagógica da ETSUS/MA mlourdinha@gmail.com

²Pedagoga, Especialista em Educação Permanente em Saúde, Núcleo Estratégico de Desenvolvimento Docente – ETSUS/MA

³ Enfermeira, Mestre em Saúde Coletiva, Diretora da ETSUS/ MA

⁴ Enfermeira, Doutora em Saúde Coletiva, Gestora de Projetos da ETSUS/ MA

⁵ Assistente Social, Mestre em Educação, Núcleo Estratégico de Desenvolvimento Docente da ETSUS/MA

⁶ Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Consultora de Projetos da ETSUS/ MA